

# Resenha do livro

## Sua Majestade o autista: fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo

---

Beatriz Oliveira

Luis nos apresenta, em forma de livro, sua tese de doutorado em educação. Aí já temos uma escolha ética que será sustentada ao longo de toda sua pesquisa: tratar do campo da educação – mais particularmente da que se propõe inclusiva – à luz da psicanálise. A coerência está no fato de que ele, um psicanalista, parte de sua própria experiência com escolas, educadores e alunos para colocar em questão o fascínio em torno da “figura do autismo” – como o autor mesmo escolhe nomear seu objeto de pesquisa – refletindo sobre seus determinantes e suas incidências sobre a educação inclusiva.

Tal fascínio se revela já no próprio título ao fazer uma referência freudiana ao quadro *His Majestythe Baby*, de Arthur Drumond. No entanto, também se demonstra pelo lapso que o próprio Luis revela ao leitor ao nomear: “nossa majestade, o autista”, a partir do qual se evidencia sua implicação nessa mesma problemática levantada por seu trabalho. Assim, temos que de uma pesquisa acadêmica extrai-se o texto de um autor o qual, do início ao fim, “admite a falta que é a própria condição da constituição do saber, que só pode ser construído no um a um” (FURTADO, 2013, p. 213).

Antes de apresentar o texto, me parece fundamental destacar sua importância no cenário atual a respeito das questões sobre o autismo. Como o próprio Luis destaca na Introdução, um ano após a defesa de sua tese, a psicanálise foi prescrita do tratamento do autismo na França e em particular, num documento assinado pela Secretaria do Estado de São Paulo. Tal documento tornava instituído o tratamento do autismo na saúde pública apenas por profissionais psicólogos de orientação cognitivo-comportamental. A crítica a esta proposta gerou um movimento importante em São Paulo, denominado “*Movimento Autismo, Psicanálise e Saúde Pública*”, organizado por psicanalistas e profissionais de saúde mental para debater o papel da psicanálise no cuidado da pessoa com autismo. Isso nos mostra o quanto este livro se torna uma peça importante para qualquer psicanalista nos dias de hoje.

Em seu livro, Luis traça o caminho em torno de três passos principais. Primeiro, faz a crítica à categoria nosográfica do autismo e seu uso ideológico e institucional na educação destas pessoas. Segundo, demonstra que o próprio termo “autismo” instaura problemas em torno da dimensão do sujeito e, à luz da psicanálise, procura pensar a inclusão destes sujeitos. Terceiro, a partir da ideologia pós-moderna, se pergunta se o autismo poderia ser uma metáfora do mundo contemporâneo como propõem alguns autores.

Vê-se que a pesquisa não é pequena, pois procura articular o campo da clínica, educação e política. Por isso mesmo não é um texto para se ler com pressa, mas sim, lembrando que estes campos se enodam e que, em vários momentos, o leitor passeia por diferentes questões sem, no entanto, perder a orientação ética de Luis: a via do sujeito e sua enunciação singular num discurso que forclui a dimensão da subjetividade.

Inicialmente, Luis nos apresenta os pressupostos que nortearam sua pesquisa, bem como sua escolha pela psicanálise e pela educação inclusiva.

Para sustentar aquilo que Luis nomeia como “fascínio pela figura do autismo”, o autor retoma a história do autismo, desde as descobertas de Jean Itard com Victor de Aveyron e as consequências destas para o que veio a se propor como “educação especial”. Não só isso, mas também faz um estudo histórico da própria psiquiatrização da infância para retomar a antiga polêmica da diferença entre idiotia e retardo, estabelecida por Séguin: a idiotia como um bloqueio na linha do desenvolvimento e o retardo como patologia da lentidão. Tal diferença levaria a distintas formas de tratar e educar as crianças. Seu objetivo, com isso, foi mostrar que os antecedentes genealógicos da noção de autismo e de sua educação e tratamento já apresentavam problemáticas encontradas hoje em diversas teorias (*Idem*, p. 65).

Assim, ao retomar as controvérsias presentes no próprio estabelecimento do autismo por Leo Kanner, Luis adverte para o apagamento da contribuição da psicanálise para o estabelecimento desse diagnóstico a partir da noção de “transtorno de desenvolvimento”: o distanciamento do autismo enquanto categoria nosográfica diferenciada da esquizofrenia, distanciando-a das psicoses – alvo de tratamento clínico – leva-o a ser entendido como “deficiência”, objeto da educação especializada. “O autismo passa a ser situado em termos de problemas cognitivos e seu déficit nos processos psíquicos justificados por disfunções cerebrais inatas” (*Idem*, p. 66). Isso se verifica ao acompanharmos as instituições especializadas nos dias de hoje, no Brasil, tal como Luis apresenta no final do segundo capítulo.

É nesse ponto que Luis já nos introduz no campo político. Seguindo Zizek, ele dirá: as mudanças na concepção teórica e “científica” do autismo ilustram a cumplicidade entre a ideologia multiculturalista e a hegemonia totalitária tecnocientificista, representada pelo cognitivismo-comportamental contemporâneo, questão que ele abordará mais detidamente no último capítulo.

O capítulo três é fundamental para que possamos acompanhar o panorama atual das diferentes formas de se conceber o autismo, o que levou a duas grandes posições: aquelas que defendem o autismo como um transtorno a ser tratado e outras que sustentam o autismo como um modo de ser diferente da normalidade. Tais concepções geram movimentos diferentes para a abordagem do problema. As primeiras advogam pelos métodos específicos de educação e tratamento – aqui se situam muitos grupos de pais de autistas; já a segunda, coerente com a “neurodiversidade”, nomeada como grupos anticura, milita em prol de uma comunidade em que o “modo de ser” destas pessoas seja respeitado.

Assim, Luis vai tornando claro ao leitor que há muitas nuances determinantes para as práticas institucionais adotadas e que devemos, enquanto psicanalistas, estar advertidos dos conflitos existentes em torno do que se chama de autismo. Se há um aumento atual no número de casos diagnosticados como autismo, este é mais consequência de interesses político-econômico-institucionais do que causa destes mesmos “interesses”. Nesse sentido, a ampliação e extensão do diagnóstico do autismo a partir de sua classificação como transtorno levou algumas instituições a se manterem, aumentando consideravelmente o número de alunos a serem incluídos em suas propostas. “Dependendo do critério diagnóstico utilizado, o número de alunos matriculados que deve ser comunicado às entidades financiadoras pode variar...” (*Idem*, p. 110).

Luis conclui:

Apesar da utilização de palavras de ordem que pregam a inclusão das pessoas com autismo, o uso ideológico das categorias psiquiátricas, a apresentação de métodos específicos ou a criação de comunidades autistas só apontam para um fator diametralmente oposto à lógica de qualquer educação que se pretenda inclusiva: a exclusão radical do sujeito (*Idem*, p. 119).

No quarto capítulo, Luis apresenta diferentes concepções do autismo sustentadas por psicanalistas lacanianos e se pergunta: quando lidamos com pessoas autistas ou quadros psicóticos muito precoces, trata-se de educação ou psicanálise? Por isso, me parece de extrema importância ele apresentar em seguida sua pesquisa em torno dos textos de Lacan e Freud, para extrair dali o que se falou sobre autismo. Partindo do que Lacan fala dos autistas como verbosos, Luis sustenta que “o fato de falarmos sobre estas crianças e tomarmos suas produções como portadoras de sentido é o que nos permite considerá-las como sujeitos” (*Idem*, p. 144). Na mesma direção, ressalta o quanto Freud deixou claro até o final de sua obra a ressalva quanto ao uso do termo autismo por Bleuler, o qual não se alinhava à sua teoria da sexualidade – Freud propunha o uso do conceito de autoerotismo

como “retorno do investimento pulsional sem necessidade do apelo ao outro” – o que, para Luis, se torna mais um argumento pela suposição do sujeito no autismo.

Tendo como pressuposto o conceito de sujeito para Lacan, Luis considera então que:

(...) incluir o psicótico e o autista não é sinônimo de adaptação e uniformização, de torná-lo um igual. A inclusão a ser pretendida deve levar em consideração a inclusão da radical diferença no seio da sociedade, onde normalmente se supõe a igualdade entre os indivíduos. O sujeito nunca fará conjunto em relação à norma (*Idem*, p. 158).

Embora esteja presente ao longo de todo o texto a dimensão política do autismo, é no final de seu trabalho que Luis fará uma análise mais aprofundada a respeito da relação do autismo e o discurso vigente. Tendo como referência autores como Soler e Žizek, sustentará que

(...) o caráter objeter do sintoma autístico é o de fazer greve com a palavra. O autista faz fracassar o discurso da norma naquilo que ele tem de mais fundamental e que possibilita qualquer dispositivo de normatização: a alienação no discurso do Outro (*Idem*, p. 170).

Nesse sentido, Luis sustentará que a psicanálise se torna um discurso de urgência, pois vai na contramão do discurso cientificista ao considerar as singularidades. Não só isso, dá lugar a uma enunciação que fica forcluída diante do esclarecimento do sintoma pelas vias dos elementos bioquímicos e hormonais. Assim conclui o autor: “Ora, a cultura da redução do sintoma a uma desordem orgânica é extremamente favorável e coerente com esta derrisão da palavra e suas implicações políticas, que propiciam o individualismo consumidor” (*Idem*, p. 178).

Luis é categórico em sustentar a posição contrária à proposta de uma fórmula generalizada do modo como os autistas devem aprender ou a utilização de métodos educacionais especializados. Tal proposta é avessa à psicanálise, pois naquele caso, estar submetido a uma norma universal, longe de dar lugar à diferença, provoca cada vez mais sua exclusão:

A luta para responder sobre a origem do autismo através de hipóteses “psicogênicas” ou “organogênicas” dissimula o verdadeiro problema que jaz nesse conflito: a forclusão da dimensão da subjetividade no mundo contemporâneo e o estabelecimento de um quadro generalizado de intolerância (*Idem*, p. 197).

Assim, a partir da leitura de Zizek, Luis conclui que há um real em jogo no autismo e que as diferentes teorias definem objetos distintos. Ou seja, falar em autismo implica pensar de que autismo se está falando. Isto não é sem consequência social, política, clínica, educacional e principalmente ética.

Ao final desta leitura, reiteramos a aposta de que só é possível a inclusão seja do autismo ou de qualquer sujeito na educação quando se leva em conta a dimensão do impossível presente nessa mesma inclusão.

## referência bibliográfica

FURTADO, L. A. *Sua Majestade o Autista: fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2013.